
Usina São Francisco S.A.

***Demonstrações financeiras em
31 de março de 2018
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Usina São Francisco S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Usina São Francisco S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina São Francisco S.A. em 31 de março de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia

Usina São Francisco S.A.

de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

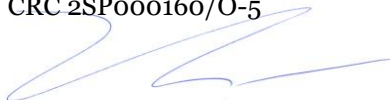
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 25 de junho de 2018



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5



Maurício Cardoso de Moraes
Contador CRC 1PRO35795/O-1 "T" SP

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., os balanços patrimoniais e as demonstrações de resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa da Usina São Francisco S.A., relativos aos exercícios findos em 31 de março de 2018 e de 2017, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e acompanhadas do parecer dos auditores independentes.

Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para as informações que se tornarem necessárias relativamente às contas apresentadas.

Sertãozinho, 25 de junho de 2018

Índice

Balço patrimonial	2
Demonstraço do resultado	3
Demonstraço do resultado abrangente	4
Demonstraço das mutaçoões do patrimnio líquido	5
Demonstraço dos fluxos de caixa	6
Notas explicativas da administraço às demonstraçoões financeiras	
1 Contexto operacional	7
2 Base de preparaço	7
3 Mudanças nas políticas contábeis	8
4 Principais políticas contábeis	9
5 Determinação do valor justo	18
6 Caixa e equivalentes de caixa	18
7 Contas a receber - Clientes	19
8 Contas a receber – Cooperativa	20
9 Estoques	21
10 Ativos biológicos	21
11 Impostos a recuperar	23
12 Demais ativos	23
13 Ativos e passivos fiscais diferidos	24
14 Outras divulgaçoões sobre o fluxo de caixa	24
15 Investimentos	25
16 Imobilizado	27
17 Fornecedores	28
18 Empréstimos e financiamentos	28
19 Demais passivos	31
20 Provisão para contingências	31
21 Instrumentos financeiros	32
22 Partes relacionadas	38
23 Patrimnio líquido	39
24 Receita operacional	40
25 Despesas operacionais por natureza	41
26 Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	42
27 Financeiras e cambiais, líquidas	43
28 Compromissos de compra	43
29 Cobertura de seguros	44

Usina São Francisco S.A.

Balço patrimonial em Em milhares de reais

Ativo	Nota	31/03/2018	31/03/2017	Passivo	Nota	31/03/2018	31/03/2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	127.159	84.275	Fornecedores	17	38.858	43.821
Contas a receber - Clientes	7	53.569	60.128	Empréstimos e financiamentos	18	179.116	144.833
Contas a receber - Cooperativa	8	8.499	15.248	Financiamentos Cooperativa	18	7.046	15.314
Estoques	9	54.931	49.005	Salários e encargos sociais a pagar		11.333	10.943
Ativo biológico	10	49.471	38.019	Impostos e contribuições a recolher		4.123	3.663
Impostos a recuperar	11	37.709	36.933	Demais passivos	19	3.362	1.883
Adiantamentos a fornecedores		2.781	1.618				
Demais ativos	12	2.563	275			243.838	220.457
		336.682	285.501	Não circulante			
Não Circulante				Empréstimos e financiamentos	18	196.313	205.689
Impostos a recuperar	11	9.349	10.907	Financiamentos Cooperativa	18	18.832	22.728
Depósitos judiciais		3.061	2.829	Demais passivos	19	1.000	3.000
Demais ativos	12	8.032	8.032	Provisão para contingências	20	1.584	1.584
Investimentos	15	84.546	70.688	Impostos parcelados		1.114	1.180
Imobilizado	16	235.630	246.123	Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	12.380	7.142
						231.223	241.323
		340.618	338.579				
				Total do passivo		475.061	461.780
				Patrimônio líquido	23		
				Capital social		170.179	170.179
				Reserva de capital		-	7.771
				Reserva legal		1.611	-
				Prejuízos acumulados		-	(15.650)
				Dividendos a deliberar		30.449	-
				Total do patrimônio líquido		202.239	162.300
Total do ativo		677.300	624.080	Total do passivo e patrimônio líquido		677.300	624.080

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina São Francisco S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Receitas	24	366.884	357.184
Custo dos produtos vendidos		<u>(223.820)</u>	<u>(267.101)</u>
Lucro bruto		143.064	90.083
Receitas (despesas) operacionais			
Vendas	25	(46.835)	(40.969)
Administrativas e gerais	25	(19.439)	(22.128)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	26	(6.422)	(601)
Resultado da equivalência patrimonial	15	<u>14.143</u>	<u>415</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		84.511	26.800
Receitas financeiras		6.343	7.057
Despesas financeiras		(34.095)	(61.666)
Variação cambial, líquida		<u>(4.860)</u>	<u>3.829</u>
Financeiras e cambiais, líquidas	27	<u>(32.612)</u>	<u>(50.780)</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		51.899	(23.980)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(6.561)	(1.778)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	<u>(5.238)</u>	<u>9.242</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<u>40.100</u>	<u>(16.516)</u>
Quantidade de ações		1.142	1.142
Lucro líquido por ação - R\$		<u>35,11</u>	<u>(14,46)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina São Francisco S.A.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em Em milhares de reais

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	40.100	(16.516)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>40.100</u></u>	<u><u>(16.516)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina São Francisco S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido Em milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Dividendos a deliberar</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de março de 2016	152.990	7.771	8.765	17.189	(7.899)	178.816
Aumento de capital social conforme AGO/E de 29 de julho de 2016	17.189	-	-	(17.189)	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(16.516)	(16.516)
Absorção de prejuízo com reserva legal	-	-	(8.765)	-	8.765	-
Saldos em 31 de março de 2017	170.179	7.771	-	-	(15.650)	162.300
Absorção de prejuízo com reserva de capital	-	(7.771)	-	-	7.771	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	40.100	40.100
Destinações:						
Reserva legal	-	-	1.611	-	(1.611)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(161)	(161)
Dividendos a deliberar	-	-	-	30.449	(30.449)	-
Saldos em 31 de março de 2018	<u>170.179</u>	<u>-</u>	<u>1.611</u>	<u>30.449</u>	<u>-</u>	<u>202.239</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina São Francisco S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em Em milhares de reais

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	51.899	(23.980)
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	62.683	63.764
Resultado na baixa de ativo imobilizado	285	(1.082)
Resultado da equivalência patrimonial	(14.143)	(415)
Mudança no valor justo de ativos biológicos	(28.887)	18.934
Diminuição do ativo biológico devido a colheita de cana-de-açúcar	38.019	15.944
Juros e variações cambiais provisionados	32.504	46.003
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros derivativos	1.151	5.042
Provisão para estoques obsoletos	-	209
Varição dos ativos e passivos		
Contas a receber	13.308	(24.648)
Estoques	(5.925)	14.761
Impostos a recuperar	(4.456)	4.377
Adiantamentos a fornecedores	(1.163)	2.487
Demais ativos	(2.288)	2
Depósitos judiciais	(232)	(167)
Fornecedores	(4.963)	1.874
Impostos e contribuições a recolher	5.633	(7.504)
Salários e contribuições sociais	390	621
Demais passivos	(685)	1.241
Caixa gerado pelas atividades operacionais	143.130	117.463
Juros pagos ou recebidos	(45.132)	(52.824)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(6.561)	(1.778)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>91.437</u>	<u>62.861</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativos biológicos	(20.584)	(21.457)
Aquisição de investimentos	(1.865)	-
Aquisição de ativo imobilizado	(52.845)	(66.837)
Valor recebido na alienação de ativo imobilizado	371	2.482
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(74.923)</u>	<u>(85.812)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos bancários tomados	157.138	218.106
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal	(132.917)	(160.933)
Distribuição de dividendos	2.149	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	<u>26.370</u>	<u>57.173</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>42.884</u>	<u>34.222</u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	84.275	50.053
No fim do exercício	<u>127.159</u>	<u>84.275</u>
	<u>42.884</u>	<u>34.222</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina São Francisco S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Companhia, com sede na Fazenda São Francisco – Zona Rural, cidade de Sertãozinho, Estado de São Paulo, Caixa Postal 537, tem como atividade as seguintes operações:

A Companhia é cooperada da Cooperativa dos Produtores de Cana-de açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo, cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega, imediata e definitiva, da produção de açúcar e etanol nos estabelecimentos da Cooperativa. O resultado da comercialização desses produtos, no mercado interno e externo, é rateado para cada cooperado, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 05 de setembro de 1986.

A Companhia atua também na produção de açúcar e etanol orgânico que são comercializados pela própria Companhia.

Aproximadamente 66% da cana-de-açúcar processada pela Companhia são cultivadas em terras próprias e de terceiros, mediante exploração de parceria agrícola.

2 Base de preparação

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Sua emissão foi autorizada pela administração da Companhia em 25 de junho de 2018.

Um conjunto completo de demonstrações financeiras combinadas da Companhia e suas controladas e coligadas para o exercício de 31 de março de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, são apresentadas separadamente considerando que as demonstrações financeiras combinadas refletem a posição financeira e patrimonial do Grupo Econômico Balbo. A apresentação dessas demonstrações financeiras combinadas atende os requerimentos do CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, conseqüentemente o Grupo Econômico optou por não apresentar demonstrações financeiras consolidadas no nível das entidades combinadas, sendo elas:

- Usina Santo Antônio S.A.;
- Usina São Francisco S.A.; e
- Usina Uberaba S.A.

(b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Os ativos biológicos mensurados pelo valor justo deduzidos das despesas com vendas;
- Os investimentos em coligadas e controladas avaliados por equivalência patrimonial.

Usina São Francisco S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$-mil), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras está de acordo com Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") as quais exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações referentes ao uso de estimativas e julgamentos adotados e que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos na demonstração financeira da Companhia estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 4.5 (iii) – Vida útil do ativo imobilizado
- Nota 21 – Instrumentos financeiros

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 10 – Ativos biológicos;
- Nota 13 – Ativos e passivos fiscais diferidos;
- Nota 20 – Provisão para contingências.

3 Mudanças nas políticas contábeis

As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), mas não estão em vigor para o exercício encerrado em 31 de março de 2018. A adoção antecipada de normas não é permitida no Brasil pelo CPC, sendo sua vigência a partir de exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018.

CPC 48 - "Instrumentos financeiros": Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do CPC 48 "Instrumentos Financeiros" foi publicada em dezembro de 2016, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substituiu a orientação no CPC 38 "Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração", que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 "Instrumentos Financeiros" traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

Usina São Francisco S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A administração revisou seus ativos e passivos financeiros e não espera impactos na adoção da nova norma, uma vez não haver reclassificações de critérios de ativos financeiros; as vendas efetuadas pela Companhia possuem prazo de vencimento inferior à 12 meses e não há aplicação de política formal de contabilidade de hedge.

CPC 47 - "Receita de contratos com clientes": Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui o CPC 17 - "Contratos de construção", CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

A administração revisou seus contratos e transações com clientes e não espera impactos relevantes da adoção da nova norma, uma vez que a Companhia já adota a forma de transferência do controle do bem prevista na norma. Quando a Companhia possui a responsabilidade por entregar a mercadoria no cliente, ela é considerada como entidade principal na obrigação de desempenho e o faz mediante contratação de terceiros para a operação. A Companhia não inclui o valor relativo a fretes como uma receita. Caso ocorra, os valores de fretes incluídos serão alocados e divulgados como receitas de prestação de serviços de fretes, separadamente das receitas com vendas de mercadorias. Demais orientações descritas na norma não são aplicáveis às operações da Companhia.

IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil": Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

Esta norma deverá impactar o registro das operações de arrendamento mercantil operacional que a Companhia tem em aberto. A Companhia ainda não determinou até que ponto esses compromissos resultarão no reconhecimento de um ativo e um passivo para pagamentos futuros, bem como o impacto no seu resultado e na classificação dos fluxos de caixa. Importante mencionar ainda que alguns dos compromissos existentes podem se enquadrar nas exceções da norma – curto prazo e pequeno valor. Além disso, alguns compromissos podem estar relacionados a acordos que não serão qualificados como arrendamentos de acordo com a IFRS 16.

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia.

Usina São Francisco S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.1 Investimentos em controladas

Os investimentos em controlada são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. Os investimentos da Companhia incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

4.2 Investimentos em coligadas e sociedades controladas em conjunto (*joint venture*)

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20 e 50 por cento do poder votante de outra entidade.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. Os investimentos da Companhia incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

As demonstrações financeiras incluem receitas e despesas e variações patrimoniais de Companhias coligadas, após a realização de ajustes para alinhar as suas políticas contábeis com aquela da Companhia, a partir da data em que uma influência significativa ou controle conjunto começam a existir até a data em que aquela influência significativa ou controle conjunto cessam. Quando a participação da Companhia nos prejuízos de uma Companhia investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nessa Companhia registrada por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo, é reduzido à zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que a Companhia tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da Companhia investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos.

Os investimentos em sociedades controladas em conjunto são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, a qual é reconhecida no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas controladas em conjunto são eliminados na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido.

Quando necessário, as práticas contábeis das investidas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

4.3 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

Usina São Francisco S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

4.4 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro por meio de uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos como empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis:

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outras contas a receber.

Caixa e equivalentes de caixa:

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento de curto prazo (até 360 dias) a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de mesmo período.

Contas a receber de clientes e outros recebíveis

Contas a receber de clientes e outros recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Usina São Francisco S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo.

Os instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

(iv) Capital social

Ações ordinárias nominativas da Companhia são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. Os "Dividendos a deliberar" serão reconhecidos como obrigações quando deliberados por ocasião da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

4.5 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

A Companhia optou por não reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2010. A administração da Companhia realizou um estudo sobre os benefícios da adoção do custo atribuído (*deemed cost*) e concluiu que esses benefícios não são superiores aos custos de adoção.

Usina São Francisco S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Os custos de ativos construídos pela própria Companhia incluem:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas / despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados.

Os gastos com manutenção agrícola e industrial, incorridos no período de entressafra são levados ao imobilizado para serem apropriados ao custo de produção do açúcar e do etanol no decorrer da safra seguinte.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Edifícios e construções	26 anos
Máquinas, instalações e equipamentos	Entre 10 e 28 anos
Veículos	9 anos
Máquinas e implementos agrícolas	20 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Lavouras de cana-de-açúcar	5 anos

Usina São Francisco S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

4.6 Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte.

4.7 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

4.8 Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A provisão para redução ao valor recuperável, quando necessária, é constituída em montante considerado suficiente pela Companhia para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

Usina São Francisco S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, estoques imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa exceder seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Durante os exercícios encerrados em 31 de março de 2018 e 2017, a Companhia não identificou indicadores de que seus ativos estão registrados com valor acima do seu valor recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

4.9 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

4.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

Usina São Francisco S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.11 Receita operacional

(i) Venda de produtos – Açúcar e etanol orgânicos e demais produtos orgânicos

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

(ii) Venda de produtos – Açúcar e etanol

As receitas auferidas e despesas incorridas pela Cooperativa são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção da Companhia em relação às demais cooperadas, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 05 de setembro de 1986.

4.12 Receita financeira e despesa financeira

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

4.13 Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados, respectivamente, com base nas alíquotas de 15% (acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda) e 9% sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Usina São Francisco S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto diferido é reconhecido com relação ao prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

4.14 Aspectos ambientais

As instalações de produção da Companhia e sua atividade industrial estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui o risco associado com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis, nos regulamentos em vigor e no parecer de seus consultores jurídicos.

A Companhia possui 4 (quatro) certificações relacionadas ao sistema de gestão integrada, e anualmente são realizadas auditorias pelo órgão certificador visando a conformidade dos processos e operações. Em complemento a Companhia recebe 21 (vinte e um) processos de auditorias específicas, sendo 19 (dezenove) relacionados a requisitos específicos de clientes e 2 (dois) baseados em certificações de agricultura orgânica, buscando além da conformidade com padrões da qualidade, melhorias voltadas a sustentabilidade do negócio.

Usina São Francisco S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.15 Ativo contingente

O Poder Judiciário condenou a União a indenizar a Cooperativa dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo - Cooperativa, por danos causados a seus cooperados decorrentes da fixação de preços defasados, em vendas de açúcar e álcool realizadas na década de 1980. Na data base da elaboração dessas demonstrações financeiras a melhor estimativa da Administração, baseada inclusive na melhor estimativa da Administração da Cooperativa, é de ser o crédito provável, mas não praticamente certo, porque não está sob o controle total da Cooperativa. Portanto, o direito creditório atribuível aos Cooperados (de acordo com o percentual que cada um tem de direito no tema) que integravam o quadro associativo da Cooperativa no período indenizado não foi registrado contabilmente na Cooperativa e, conseqüentemente, também não foi registrado na Companhia.

5 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Os ativos biológicos e os respectivos produtos

Ativos biológicos devem ser reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas de venda. A metodologia adotada pela Companhia, para satisfazer a exigência de cálculo nos ativos biológicos correspondentes a cana-de-açúcar em pé, foi de acordo com método de fluxo de caixa futuro descontado. O fluxo de caixa futuro descontado é efetuado considerando premissas como preço da tonelada de cana-de-açúcar, produtividade, custos de corte, carregamento e transporte, custo dos tratos culturais, custos de parceria, custo de capital, impostos, entre outros. A taxa de desconto utilizada para descontar o fluxo de caixa ao valor presente é calculada com base Custo Médio Ponderado de Capital – WACC.

(ii) Contas a receber e outros recebíveis, fornecedores, partes relacionadas e outras contas

Decorrentes diretamente das operações da Companhia: o seu valor justo é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação e que se equiparam aos valores contábeis.

(iii) Empréstimos e financiamentos

Estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

6 Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos provenientes das contas de caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo.

Usina São Francisco S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Caixa e bancos	2.517	1.526
Aplicações financeiras	<u>124.642</u>	<u>82.749</u>
	<u>127.159</u>	<u>84.275</u>

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, são apresentadas a seguir:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Fundos de investimentos - DI Premium (i)	59.723	-
Certificado de Depósito Bancário - CDB	38.519	10.709
Operações Compromissadas – Debêntures (ii)	<u>26.400</u>	<u>72.040</u>
	<u>124.642</u>	<u>82.749</u>

- (i) Correspondem a operações compromissadas em Fundos DI Premium de liquidez imediata. A remuneração varia entre 100% e 101% do CDI.
- (ii) Correspondem a operações compromissadas lastreadas em debêntures, onde a Companhia tem o compromisso de revender as debêntures no curto prazo e valor pré-estabelecidos. A remuneração das aplicações financeiras varia entre 100 % a 101% do CDI.

As operações de títulos de capitalização, em linha específica no balanço patrimonial, correspondem a operações que não são classificadas como equivalentes de caixa e foram totalmente resgatadas no período findo em 31 de março de 2018 e 2017. A remuneração das aplicações financeiras classificadas como títulos de capitalização se referem a TR + 0,5%.

A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na Nota 21.

7 Contas a receber - Clientes

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Contas a receber	54.414	60.974
(-) Provisão para devedores duvidosos	<u>(845)</u>	<u>(846)</u>
	<u>53.569</u>	<u>60.128</u>

Corresponde aos direitos a receber por comercialização de produtos e coprodutos de produção própria da Companhia.

Usina São Francisco S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na Nota 21.

Os saldos em aberto são realizáveis e não há expectativas de perdas acima do montante já provisionado, inclusive a Companhia tem carta fiança para proteger grande parte do risco de perdas com contas a receber.

A análise de vencimentos dessas contas a receber está representada abaixo:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
A vencer		
até 30 dias	22.108	21.240
de 31 até 90 dias	22.105	24.751
de 91 até 180 dias	-	5
	<u>44.213</u>	<u>45.996</u>
Vencidos		
até 30 dias	4.616	6.956
de 31 até 90 dias	1.229	4.792
de 91 até 180 dias	1.178	650
acima de 180 dias	3.178	2.580
	<u>10.201</u>	<u>14.978</u>
	<u>54.414</u>	<u>60.974</u>

(a) Do total de títulos vencidos até 90 dias, no importe de R\$ 5.845, 61% deste, ou seja, R\$ 3.560, foram integralmente recebidos até maio de 2018. Em 2017, do total de títulos vencidos até 90 dias, no importe de R\$ 11.748, 91% deste, ou seja, R\$ 10.680, foram recebidos integralmente até maio de 2017.

(b) Em 2017, a abertura dessa análise de vencimento considerou prazos a partir da emissão da nota e não os prazos estabelecidos em contratos com os clientes. Por esse motivo essa abertura foi corrigida e reapresentada para fins comparativos.

8 Contas a receber – Cooperativa

Correspondem aos valores a receber das operações com a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo S.A., em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 05 de setembro de 1986, que dispõe sobre o momento da apropriação da receita operacional no caso de faturamento por ato cooperativo, de acordo com a produção da Companhia em relação às demais cooperadas.

A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na Nota 21.

Usina São Francisco S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Estoques

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Produtos acabados entregues à Cooperativa		
- Açúcar Cristal	32	-
- Etanol Hidratado	117	-
Produtos orgânicos		
- Açúcar orgânico	31.999	19.317
- Etanol Hidrat. Retificado Orgânico	6.778	9.682
- Outros produtos orgânicos	6.593	1.260
Almoxarifado de materiais auxiliares, de manutenção e outros	3.564	8.579
Provisão para estoques obsoletos	(1.014)	(1.014)
Adiantamento a fornecedores de cana (*)	6.862	11.181
	<u>54.931</u>	<u>49.005</u>

(*) A cana quando do seu recebimento é atualizada pelo preço da tonelada de cana estabelecido pelo modelo definido no Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar do Estado de São Paulo – CONSECANA.

10 Ativos biológicos

A Companhia adotou o Pronunciamento Técnico CPC 29 – Ativos biológicos, onde os seus ativos biológicos de cana-de-açúcar passaram a ser mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência.

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Saldo inicial	38.019	51.440
Aumento decorrente de tratamentos culturais	20.584	21.457
Diminuição decorrente da amortização e reapresentação	(38.019)	(15.944)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	28.887	(18.934)
Ativos biológicos no final do exercício	<u>49.471</u>	<u>38.019</u>

Para o atendimento do CPC 29 – ativo biológico, a Companhia utilizou o cálculo do valor justo pelo método de fluxo de caixa futuro descontado nos ativos biológicos correspondentes a cana-de-açúcar em pé.

Usina São Francisco S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Lavouras de cana-de-açúcar

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Área estimada de colheita (hectares)	10.500	9.881
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	92,78	92,01
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	129	134
Valor do Kg de ATR	0,7335	0,7691

A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

Riscos de oferta e demanda

A Companhia está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol orgânicos produzidos a partir da cana-de-açúcar e demais produtos orgânicos. A Companhia faz a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A gestão destes riscos é administrada diretamente pela Cooperativa, inclusive quanto as análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e para os produtos açúcar e álcool convencionais assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada.

Riscos climáticos e outros

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. A Companhia tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares da situação da lavoura de cana-de-açúcar.

Usina São Francisco S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Impostos a recuperar

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
ICMS – saldo credor corrente	19	3.239
ICMS sobre aquisição de bens do imobilizado	543	600
PIS e COFINS	33.708	31.969
IRRF	388	324
Imposto de renda e Contribuição social – antecipações	154	154
Imposto de renda e Contribuição social – estimativa	-	991
IR a compensar sobre aplicações financeiras	3.926	3.346
IPI	7.533	6.486
Outros	787	731
	<u>47.058</u>	<u>47.840</u>
Circulante	<u>(37.709)</u>	<u>(36.933)</u>
Não circulante	<u>9.349</u>	<u>10.907</u>

12 Demais ativos

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Dividendos a receber (i)	10.163	8.023
Seguros a apropriar	290	148
Outros	142	136
	<u>10.595</u>	<u>8.307</u>
Circulante	<u>(2.563)</u>	<u>(275)</u>
Não circulante	<u>8.032</u>	<u>8.032</u>

- (i) Compreendido substancialmente por dividendos a receber da controlada Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda. a serem liquidados quando da disponibilidade de caixa da controlada, conforme deliberado em Ata de Assembleia de Sócios Quotistas realizada em 24 de julho de 2015.

Usina São Francisco S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Ativos e passivos fiscais diferidos

Em 31 de março de 2018, a Companhia possuía imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos e créditos tributários sobre os seguintes valores base:

	Saldo em 1º de abril de 2016	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de março de 2017	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de março de 2018
Ativo não circulante					
Prejuízos fiscais do imposto de renda	27.598	102	27.700	(1.907)	25.793
Base negativa da contribuição social	9.892	37	9.929	(685)	9.244
	<u>37.490</u>	<u>139</u>	<u>37.629</u>	<u>(2.592)</u>	<u>35.037</u>
Passivo não circulante					
Ativo biológico - CPC 29	(29.818)	12.734	(17.084)	403	(16.681)
Depreciação - Ajuste por adoção CPC 27	(6.375)	(1.135)	(7.510)	(1.241)	(8.751)
Depreciação acelerada incentivada	(17.681)	(2.496)	(20.177)	(1.808)	(21.985)
	<u>(53.874)</u>	<u>9.103</u>	<u>(44.771)</u>	<u>(2.646)</u>	<u>(47.417)</u>
Imposto de renda e contribuição social líquido	<u>(16.384)</u>	<u>9.242</u>	<u>(7.142)</u>	<u>(5.238)</u>	<u>(12.380)</u>

Período estimado de realização dos créditos tributários

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, optou por reconhecer no exercício e em exercícios anteriores, no ativo não circulante, em contrapartida do resultado do exercício, o imposto de renda e a contribuição social correspondentes sobre os direitos por prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa da contribuição social.

A Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos tributários nos exercícios subsequentes. As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas projeções.

14 Outras divulgações sobre o fluxo de caixa

(a) Reconciliação da dívida líquida

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Empréstimo de curto prazo	186.162	160.147
Empréstimo de longo prazo	<u>215.145</u>	<u>228.417</u>
Total da dívida	401.307	388.564
Caixa e equivalente de caixa	<u>(135.658)</u>	<u>(99.523)</u>
Total da dívida líquida	<u>265.649</u>	<u>289.041</u>

Usina São Francisco S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Empréstimos Bancários		Total da dívida	Caixa e equivalentes	Dívida líquida
	Circulante	Não circulante			
Dívida líquida em 31 de março de 2016	153.300	179.870	333.170	(58.694)	274.476
Movimentação que afetam o fluxo de caixa	5.691	-	5.691	(34.222)	(28.531)
Movimentação que não afetam o fluxo de caixa	1.156	48.547	49.703	(6.607)	43.096
Aquisições/novos arrendamentos	-	877	877	-	877
Variações monetárias/cambiais	51.045	-	51.045	-	51.045
Transferência para o circulante	(48.626)	48.626	-	-	-
Operações com a Cooperativa	(1.263)	(956)	(2.219)	(6.607)	(8.826)
Dívida líquida em 31 de março de 2017	160.147	228.417	388.564	(99.523)	289.041
Movimentação que afetam o fluxo de caixa	(8.969)	-	(8.969)	(29.386)	(38.355)
Movimentação que não afetam o fluxo de caixa	34.984	(13.272)	21.712	(6.749)	14.963
Aquisições/novos arrendamentos	-	260	260	-	260
Variações monetárias/cambiais	33.616	-	33.616	-	33.616
Transferência para o circulante	9.636	(9.636)	-	-	-
Operações com a Cooperativa	(8.268)	(3.896)	(12.164)	(6.749)	(18.913)
Dívida líquida em 31 de março de 2018	186.162	215.145	401.307	(135.658)	265.649

15 Investimentos

A Companhia registrou um ganho de R\$ 14.143 em 2018 (R\$ 415 em 2017) de equivalência patrimonial sobre coligadas e controladas.

Nenhuma das companhias contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

	31/03/2018	31/03/2017
Controladas e coligadas	73.831	60.690
Adiantamento para futuro aumento de capital	338	-
Ágio de investimentos em controladas e coligadas (i)	7.949	7.949
Outros investimentos avaliados ao custo (ii)	2.429	2.049
	<u>84.546</u>	<u>70.688</u>

- (i) Ágio na aquisição de ações de coligadas e controladas. Realização dar-se-á em eventual alienação ou pela sua redução ao valor recuperável (*impairment*)
- (ii) Compreendido substancialmente pelo investimento na Copersucar S.A. e transferência de adiantamento para futuro aumento de capital para investimentos, conforme deliberações societárias do CTC – Centro de Tecnologia Canavieira e integralização de capital nos termos da Assembleia Geral Extraordinária, de 10 de julho de 2014 e 19 de setembro de 2014.

Usina São Francisco S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas e coligadas.

	Usina Uberaba S.A.	Agropecuária Iracema S.A.	Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda	PHB Industrial S.A.	Native Produtos Orgânicos Comercial Importadora e Exportadora Ltda	Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Total
Capital Social integralizado 31 de março de 2018	141.335	7.573	18	77.537	3.196	69	229.728
Patrimônio Líquido em 31 de março de 2018	189.655	15.101	18	50.008	2.160	2.592	259.534
Resultado do exercício	47.406	3.162	-	(1.148)	(160)	1.075	50.335
Participação %	27,50%	38,20%	38,23%	25,00%	99,99%	38,23%	
Saldo em 31 de março de 2017 – investimentos	39.184	4.568	-	12.790	2.323	1.825	60.690
Distribuição de dividendos	-	(905)	-	-	-	(1.244)	(2.149)
Aumento (redução) de participação	-	(7)	1.154	-	-	-	1.147
Resultado de equivalência patrimonial	12.971	1.208	-	(287)	(160)	411	14.143
Saldo em 31 de março de 2018	52.155	4.864	1.154	12.503	2.163	992	73.831

Usina São Francisco S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Imobilizado

	Edifícios e construções	Maquinismo, instalações e equipamentos	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Móveis e utensílios	Manutenção de máquinas e equipamentos	Outros	Obras em andamento	Lavoura de cana-de-açúcar	Total
Saldo em 31 de março de 2016	9.230	77.564	9.775	11.115	255	21.536	4.622	2.392	107.961	244.450
Adições	-	991	459	1.271	34	32.665	548	4.748	26.121	66.837
Alienações	-	(41)	(1.158)	(153)	(11)	-	(37)	-	-	(1.400)
Transferências	73	1.727	-	2	84	-	154	(2.040)	-	0
Apropriação de gastos de entressafra	-	-	-	-	-	(27.790)	-	-	-	(27.790)
Depreciação	(279)	(3.593)	(109)	(978)	(30)	-	(370)	-	(30.615)	(35.974)
Saldo em 31 de março de 2017	<u>9.024</u>	<u>76.648</u>	<u>8.967</u>	<u>11.257</u>	<u>332</u>	<u>26.411</u>	<u>4.917</u>	<u>5.100</u>	<u>103.467</u>	<u>246.123</u>
Custo Total	15.594	147.194	27.337	23.259	1.158	173.782	9.139	5.100	160.823	563.386
Depreciação acumulada	(6.570)	(70.546)	(18.370)	(12.002)	(826)	(147.371)	(4.222)	-	(57.356)	(317.263)
Valor residual	<u>9.024</u>	<u>76.648</u>	<u>8.967</u>	<u>11.257</u>	<u>332</u>	<u>26.411</u>	<u>4.917</u>	<u>5.100</u>	<u>103.467</u>	<u>246.123</u>
Saldo em 31 de março de 2017	9.024	76.648	8.967	11.257	332	26.411	4.917	5.100	103.467	246.123
Adições	7	253	408	139	70	30.485	925	2.262	18.296	52.845
Alienações	-	(46)	(142)	-	-	-	(213)	(254)	-	(655)
Transferências	-	4.205	1	78	14	-	1.097	(5.395)	-	-
Apropriação de gastos de entressafra	-	-	-	-	-	(28.563)	-	-	-	(28.563)
Depreciação	(276)	(3.643)	(1.066)	(846)	(66)	-	(330)	-	(27.893)	(34.120)
Saldo em 31 de março de 2018	<u>8.755</u>	<u>77.417</u>	<u>8.168</u>	<u>10.628</u>	<u>350</u>	<u>28.333</u>	<u>6.396</u>	<u>1.713</u>	<u>93.870</u>	<u>235.630</u>
Custo Total	15.601	151.606	27.604	23.476	1.242	204.267	10.948	1.713	179.119	615.576
Depreciação acumulada	(6.846)	(74.189)	(19.436)	(12.848)	(892)	(175.934)	(4.552)	-	(85.249)	(379.946)
Valor residual	<u>8.755</u>	<u>77.417</u>	<u>8.168</u>	<u>10.628</u>	<u>350</u>	<u>28.333</u>	<u>6.396</u>	<u>1.713</u>	<u>93.870</u>	<u>235.630</u>

Usina São Francisco S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Provisão por redução do valor recuperável

Durante os exercícios encerrados em 31 de março de 2018 e de 2017, a Companhia não identificou indicadores de que seus ativos possam estar registrados por um valor maior que o seu valor recuperável.

Garantia

Em 31 de março de 2018, bens do ativo imobilizado com valor contábil de R\$ 58.745 (R\$ 61.788 em 31 de março de 2017) estão sujeitos a uma fiança registrada para garantir financiamentos bancários (Finame).

Depreciação

As vidas úteis e valores residuais foram estimados, em anos anteriores, por especialistas externos (engenheiros) com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. Para realizar este trabalho os especialistas consideraram informações a respeito da utilização dos bens avaliados, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso e ambiente econômico em que operam, considerando o planejamento e outras peculiaridades dos negócios da Companhia. Para o exercício encerrado em 31 de março de 2018 a avaliação da vida útil foi revisada internamente por profissionais habilitados e pela administração. A vida útil estimada dos bens registrados no ativo imobilizado após essa revisão está evidenciada na Nota 4.5 (iii).

17 Fornecedores

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Fornecedores de cana-de-açúcar	32.840	30.732
Fornecedores de materiais, insumos e outros	<u>6.018</u>	<u>13.089</u>
	<u>38.858</u>	<u>43.821</u>

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na Nota 21.

18 Empréstimos e financiamentos

Essa nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição do grupo a risco de taxas de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja Nota 21.

Usina São Francisco S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Passivo circulante		
Empréstimos e financiamentos (a)	179.116	144.833
Financiamentos Cooperativa (b)	<u>7.046</u>	<u>15.314</u>
	<u>186.162</u>	<u>160.147</u>
Passivo não circulante		
Empréstimos e financiamentos (a)	196.313	205.689
Financiamentos Cooperativa (b)	<u>18.832</u>	<u>22.728</u>
	<u>215.145</u>	<u>228.417</u>
	<u>401.307</u>	<u>388.564</u>

(a) Empréstimos e financiamentos

	<u>Moeda</u>	<u>Taxa de juros</u>	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Nota de crédito exportação (NCE)	R\$	Juros de 1,85% a 3,8% a.a mais CDI (2017 - Juros de 1,7% a 3,8% a.a mais CDI)	160.746	154.556
Nota de crédito exportação (NCE)	R\$	Juros pré-fixados de 9% a 9,5% a.a.	39.388	-
Nota de crédito exportação (NCE)	R\$	Juros de 103% a 118% do CDI (2017 - Juros de 112% a 118% do CDI)	27.156	50.331
Carta de crédito exportação (CCE)	R\$	Juros de 2,05% a 3,95% a.a mais CDI (2017 - Juros de 2,05% a 3,95% a.a mais CDI)	23.293	82.645
CCB	R\$	Juros de 2,05% a.a mais CDI	48.292	-
Finame	R\$	Juros pré-fixados entre 2,5% a 10,5% a.a (2017 - Juros pré-fixados entre 2,5% a 10,5% a.a)	20.360	29.938
Finame	R\$	Juros de 3,95% a 4,5% a.a mais TJLP (2017 - Juros de 4,2% a 4,5% a.a mais TJLP)	1.764	1.486
Nota promissória rural (NPR)	R\$	2017 - Juros pré-fixados de 9,50% a.a	-	1.898
Pro Renova	R\$	Juros pré-fixados 5,5% a.a (2017 - Juros pré-fixados 5,5% a.a)	2.972	4.124
Pré-pagamento de exportação (PPE)	R\$	2017 - Juros de 3,4% a.a mais CDI	-	25.544
Cédula de Produtor Rural (CPR-F)	R\$	Juros de 1,4% a.a mais CDI	<u>51.458</u>	<u>-</u>
			375.429	350.523
Circulante			<u>(179.116)</u>	<u>(144.833)</u>
Não circulante			<u>196.313</u>	<u>205.690</u>

Usina São Francisco S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Safra	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
2018/2019	-	121.026
2019/2020	114.246	75.886
2020/2021	58.581	5.592
2021/2022	22.441	2.160
2022/2023 a 2023/2024	<u>1.045</u>	<u>1.025</u>
	<u>196.313</u>	<u>205.689</u>

A Companhia possui algumas obrigações contratuais em vigor (“*covenants*”) decorrentes dos financiamentos como limites de endividamento, geração de caixa, performance financeira e outros. A Companhia está em conformidade com todas as cláusulas restritivas em 31 de março de 2018.

Garantias

Para os empréstimos tomados pela Companhia são concedidos como garantias aval de Companhias coligadas e controladas e os bens adquiridos com os recursos.

(b) Financiamentos Cooperativa

Correspondem a recursos repassados pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo S.A., com a seguinte composição.

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Repasse de recursos (Selic)	13.335	17.310
Financiamento Capital de Giro - 100% CDI	7.046	15.314
Adiantamentos - Copersucar - Sem correção	<u>5.497</u>	<u>5.418</u>
	25.878	38.042
Circulante	<u>(7.046)</u>	<u>(15.314)</u>
Não circulante	<u>18.832</u>	<u>22.728</u>

Usina São Francisco S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Demais passivos

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Dividendos a pagar	3.161	3.000
Adiantamento de clientes	413	491
Outros	788	1.392
	<u>4.362</u>	<u>4.883</u>
Circulante	<u>(3.362)</u>	<u>(1.883)</u>
Não circulante	<u>1.000</u>	<u>3.000</u>

20 Provisão para contingências

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Trabalhistas	1.328	1.328
Tributárias	256	256
	<u>1.584</u>	<u>1.584</u>

Baseada em opinião de seus consultores jurídicos, a Companhia reconheceu em provisões para contingências para fazer face a eventuais perdas com os respectivos processos.

Passivos contingentes

Existem contingências passivas tributárias, cíveis, ambientais e trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Seguem os valores das contingências que foram consideradas pelos assessores jurídicos como possível o risco de perda:

	<u>Trabalhistas</u>	<u>Tributárias / Previdenciárias</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Ambientais</u>
Saldos em 31 de março de 2017	3.860	50.068	69	1.317
Saldos em 31 de março de 2018	5.476	34.933	101	1.602

Usina São Francisco S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Instrumentos financeiros

Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de risco e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos nos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia por meio de treinamento, procedimentos de gestão e procedimentos busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo. A gestão do risco de crédito da Companhia em relação a clientes, no que pertence ao negócio açúcar e etanol convencional é centrada no relacionamento formalizado com suas controladas e com a Cooperativa dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo. Para os negócios de açúcar e etanol orgânico, levedura e energia elétrica, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente da carteira em aberto.

De forma geral, os direcionamentos dos negócios são tratados em reuniões da alta direção para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Usina São Francisco S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	6	127.159	84.275
Contas a receber - Clientes	7	53.569	60.128
Contas a receber - Cooperativa	8	8.499	15.248
Demais ativos	12	<u>10.595</u>	<u>8.307</u>
		<u>199.822</u>	<u>167.958</u>

Os saldos apresentados acima não apresentam uma concentração significativa que possam deixar o risco de crédito significativo.

Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa são mantidos em instituições financeiras de primeira linha, conforme demonstrado na Nota 6.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir que sempre haja a liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

A seguir, estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	<u>31/03/2018</u>				
	<u>Valor contábil</u>	<u>Até 12 meses</u>	<u>1 - 2 anos</u>	<u>2 - 5 anos</u>	<u>Mais que 5 anos</u>
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	127.159	127.159	-	-	-
Contas a receber - Clientes	53.569	53.569	-	-	-
Contas a receber - Cooperativa	8.499	8.499	-	-	-
Demais ativos	10.595	2.563	8.032	-	-
Passivos					
Fornecedores	38.858	38.858	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	375.429	179.116	114.246	81.022	1.045
Financiamentos - Cooperativa	25.878	7.046	18.832	-	-
Demais passivos	4.362	3.362	-	-	1.000

Usina São Francisco S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/03/2017				
	Valor contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	84.275	84.275	-	-	-
Contas a receber - Clientes	60.128	60.128	-	-	-
Contas a receber - Cooperativa	15.248	15.248	-	-	-
Demais ativos	8.307	275	8.032	-	-
Passivos					
Fornecedores	43.821	43.821	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	350.522	144.833	121.026	83.638	1.025
Financiamentos - Cooperativa	38.042	15.314	22.728	-	-
Demais passivos	4.883	1.883	-	-	3.000

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Os saldos passivos de curto prazo serão liquidados com os saldos ativos de curto prazo e também pela geração de caixa da Companhia durante o exercício.

Classificação dos instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas na demonstração financeira da Companhia, conforme quadros abaixo:

	31/03/2018		
	Empréstimos e Recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	127.159	-	-
Contas a receber - Clientes	53.569	-	-
Contas a receber - Cooperativa	8.499	-	-
Demais ativos	10.595	-	-
Total	199.822	-	-
Passivos			
Fornecedores	-	38.858	-
Empréstimos e financiamentos	-	371.237	4.192
Financiamentos - Cooperativa	-	25.878	-
Demais passivos	-	4.362	-
Total	-	440.335	4.192

Usina São Francisco S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/03/2017		
	Empréstimos e Recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	84.275	-	-
Contas a receber - Clientes	60.128	-	-
Contas a receber - Cooperativa	15.248	-	-
Demais ativos	8.307	-	-
Total	167.958	-	-
Passivos			
Fornecedores	-	43.821	-
Empréstimos e financiamentos	-	339.470	11.052
Financiamentos - Cooperativa	-	38.042	-
Demais passivos	-	4.883	-
Total	-	426.215	11.052

Durante o exercício não houve nenhuma reclassificação entre as categorias apresentadas no quadro acima.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco em que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Análise de sensibilidade

A Companhia está exposta a risco de taxa de juros pós-fixadas, tanto para suas aplicações financeiras como para suas operações de empréstimos e financiamentos.

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros representam a exposição máxima do risco de taxa de juros. A exposição máxima do risco de taxa de juros, na modalidade CDI, na data das demonstrações financeiras são:

	Nota	31/03/2018	31/03/2017
Ativo			
Aplicações financeiras	6	124.642	82.749
Passivo			
Empréstimos e financiamentos	18	310.945	313.077
Financiamentos - Cooperativa	18	7.046	15.314

Usina São Francisco S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O cenário provável adotado pela administração reflete as projeções de mercado do CDI para o próximo exercício, ou seja, 8,39% a.a. A fonte de informação utilizada foi a BM&F Bovespa.

Para os cenários I e II das aplicações financeiras foram consideradas uma redução de 25% e 50% respectivamente sobre as taxas utilizadas para o cenário provável. A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado, considerados para os cenários provável, I e II:

<u>Instrumentos financeiros ativos</u>	<u>Risco</u>	<u>Exposição</u>	<u>Provável</u>	<u>I</u>	<u>II</u>
Aplicações financeiras	variação CDI	124.642	10.457	7.843	5.229

Para os cenários I e II dos empréstimos e financiamentos foram considerados um aumento de 25% e 50% respectivamente sobre as taxas utilizadas para o cenário provável. A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado, considerados para os cenários provável, I e II:

<u>Instrumentos financeiros passivos</u>	<u>Risco</u>	<u>Exposição</u>	<u>Provável</u>	<u>I</u>	<u>II</u>
Empréstimos e financiamentos	variação CDI	310.945	26.088	32.610	39.132
Financiamentos - Cooperativa	variação CDI	7.046	591	739	887

Em 31 de março de 2018, o valor de referência (*notional*) dos contratos de swap de taxa de juros correspondiam a R\$ 39.117 (R\$ 55.412 em 31 de março de 2017), contratados com o objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira contra as variações da libor flutuante para libor fixa. O resultado apurado com os instrumentos financeiros derivativos durante o exercício foi uma despesa de R\$ 1.151 (despesa de R\$ 5.042 em 31 de março de 2017).

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Instrumentos de taxa fixa		
Passivos financeiros	62.720	35.960
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros	124.642	82.750
Passivos financeiros	333.090	347.186

Gerenciamento do capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A Diretoria monitora os retornos sobre capital com base no índice de alavancagem financeira, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo capital total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para acionistas considerando a posição do endividamento líquido da empresa.

Usina São Francisco S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2018 e 2017 podem ser assim sumarizados:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
(+) Empréstimos e financiamentos	401.307	388.564
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(127.159)	(84.275)
(-) Contas a receber - Cooperativa	<u>(8.499)</u>	<u>(15.248)</u>
(=) Dívida líquida (A)	<u>265.649</u>	<u>289.041</u>
Total do patrimônio líquido (B)	<u>202.239</u>	<u>162.300</u>
Total do capital (A + B)	<u>467.888</u>	<u>451.341</u>
Índice de alavancagem financeira - % (A) / (A + B)	<u>57</u>	<u>64</u>

Classificações contábeis e valores justos

Valor justo *versus* valor contábil

Para todas as operações apresentadas como ativos e passivos financeiros, a administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, não gerando grandes oscilações entre eles.

Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo utilizam um método de avaliação classificado em três níveis.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos
- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3** - *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia mantém apenas instrumentos financeiros derivativos registrados pelo valor justo em suas demonstrações financeiras. As operações consistem em *swaps* de taxa de juros classificadas como nível 2 na hierarquia de valor justo.

Impairment de ativos financeiros

Todos os ativos financeiros da Companhia, com exceção dos ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, não apresentam indicadores de perda do valor recuperável.

Usina São Francisco S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Garantias

Para os empréstimos tomados pela Companhia são concedidos como garantias aval de Companhias coligadas e controladas e os bens adquiridos com os recursos.

22 Partes relacionadas

(a) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal chave da administração da Companhia é composto pela Diretoria eleita por ocasião da Assembleia Geral Ordinária com mandato de três anos. Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da administração durante o exercício a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 3.216 (R\$ 4.093 em 2017), sendo considerados para fins de apresentação o valor dos honorários com os IRRF. A Companhia não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

(b) Outras operações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas compreendem em transações financeiras, adiantamentos para futuro aumento de capital, compra de ações entre as empresas relacionadas e compra e venda de produtos, como cana-de-açúcar e outros, realizadas em condições de mercado.

	Valor da transação		Saldo aberto em	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Vendas de bens, serviços, cana-de-açúcar, bagaço de cana e outros				
Usina Santo Antônio S.A.	2.864	3.717	-	-
Native Produtos Orgânicos Comercial Importadora e Exportadora Ltda.	27	41	-	-
Usina Uberaba S.A.	264	308	-	-
	<u>3.155</u>	<u>4.066</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Ativo circulante				
Outras contas a receber				
Native Produtos Orgânicos Comercial Importadora e Exportadora Ltda.	-	-	1.357	1.315
Usina Santo Antônio S.A.	-	-	85	1
Usina Uberaba S.A.	-	-	31	26
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.473</u>	<u>1.342</u>
Ativo não circulante				
Dividendos a receber				
Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	9.275	8.032
Agropecuária Iracema Ltda.	-	-	905	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10.180</u>	<u>8.032</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>11.653</u>	<u>9.374</u>

Usina São Francisco S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Valor da transação		Saldo aberto em	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Compra de bens, serviços, cana-de-açúcar, bagaço de cana e outros				
Usina Santo Antônio S.A.	45.099	46.708	-	-
Agropecuária Iracema Ltda	3.471	3.314	-	-
Usina Uberaba S.A.	69	10	-	-
	<u>48.639</u>	<u>50.032</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivo circulante				
Fornecimento de cana				
Usina Santo Antônio S.A.	-	-	23.191	15.729
Agropecuária Iracema S.A.	-	-	3.421	2.373
Adiantamento para futuro aumento de capital				
Acionistas	-	-	613	613
Dividendos a pagar				
Dividendos a pagar	-	-	3.185	3.000
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>30.410</u>	<u>21.715</u>

(c) Contrato de fornecimento

- (i) A Companhia possui contrato de exclusividade de fornecimento de açúcar e etanol convencionais junto a Cooperativa dos produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do estado de São Paulo, pelo prazo de 3 anos safras, sendo o contrato renovado a cada safra.
- (ii) A Companhia também é interveniente garantidora das operações de venda de açúcar e etanol correspondentes ao contrato firmado pela Cooperativa dos produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do estado de São Paulo junto a Copersucar S.A., o qual tem caráter de exclusividade, assegurando diretamente e indiretamente, benefícios e vantagens financeiras e mercadológicas. Os fatores de risco de preço desse contrato são os indicadores CEPEA/ESALQ para os mercados interno e externo.

Vide demais operações com a parte relacionada Cooperativa nas notas 25, 26 e 27.

23 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de março de 2018 e 2017, o capital social está representado por 1.142.235 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Usina São Francisco S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(c) Dividendos e distribuição dos lucros acumulados

Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 0,5% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. A distribuição proposta pela administração para os lucros acumulados está determinada como segue:

	<u>31/03/2018</u>
Base de cálculo - representada pelo lucro líquido do exercício	40.100
(-) Reserva legal – 5%	(1.611)
(-) Dividendos mínimos obrigatórios – 0,5%	(161)
(+) absorção de prejuízos acumulados	<u>(7.879)</u>
	<u>30.449</u>

Os saldos remanescentes de lucros acumulados em 31 de março de 2018 apresentados na rubrica “Lucros a deliberar” serão deliberados por ocasião da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas a ser realizada em julho de 2018.

24 Receita operacional

As receitas operacionais da Companhia são compostas pela venda de açúcar, etanol, derivados de levedura para o mercado interno e externo e cana-de-açúcar.

Usina São Francisco S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Abaixo é reproduzida a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Açúcar Orgânico	216.825	191.461
Açúcar	21.352	48.132
Etanol Orgânico	45.800	30.970
Etanol	76.137	80.136
Outros produtos orgânicos	28.565	25.826
Energia elétrica	12.035	10.856
Outras vendas	1.927	1.034
Serviços prestados	<u>6.025</u>	<u>5.264</u>
Receita bruta	408.666	393.679
(-) Impostos sobre vendas	(38.065)	(33.761)
(-) Devoluções e abatimentos	<u>(3.717)</u>	<u>(2.734)</u>
	<u><u>366.884</u></u>	<u><u>357.184</u></u>

25 Despesas operacionais por natureza

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Despesa com pessoal	18.006	19.605
Depreciação e amortização	339	362
Despesa com comercialização	32.248	28.912
Serviços prestados por terceiros	4.281	5.698
Despesas gerais Cooperativa	1.702	2.422
ICMS Subst. Tributária e outras operações	4.983	2.184
Outras despesas	<u>4.715</u>	<u>3.914</u>
	<u><u>66.274</u></u>	<u><u>63.097</u></u>
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:		
Vendas	46.835	40.969
Administrativas e gerais	<u>19.439</u>	<u>22.128</u>
	<u><u>66.274</u></u>	<u><u>63.097</u></u>

Usina São Francisco S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Custos de Produção

O custo de produção da Companhia é composto substancialmente por matéria prima (cana-de-açúcar), depreciação de máquinas e equipamentos e da lavoura, amortização de tratos culturais e de manutenção entressafra, mão de obra, serviços de terceiros e combustíveis e lubrificantes, as quais, em conjunto, perfazem aproximadamente 94% do total do custo de produção dos produtos acabados da Companhia.

26 Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Outras receitas operacionais		
Resultado na venda de ativos imobilizados	-	612
Ressarcimento crédito fiscal	-	400
Outras receitas operacionais	767	670
	<u>767</u>	<u>1.682</u>
Outras despesas operacionais		
Resultado na venda de ativos imobilizados	(285)	-
Despesa Adto REFIS Lei 1770 - Cooperativa	(638)	(550)
Outras desp. Auto Infração ICMS – Cooperativa	(796)	(727)
Outras despesas operacionais - Cooperativa	(839)	(619)
Outras despesas operacionais	(4.632)	(387)
	<u>(7.189)</u>	<u>(2.283)</u>
	<u>(6.422)</u>	<u>(601)</u>

Usina São Francisco S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Financeiras e cambiais, líquidas

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Receitas financeiras		
Operações Cooperativa – PN 66	2	44
Juros aplicações financeiras	3.973	4.722
Juros demais operações e outros	1.403	509
Resultado positivo instrumentos derivativos	<u>965</u>	<u>1.782</u>
	6.343	7.057
Despesas financeiras		
Operações Cooperativa – PN 66	(2.879)	(1.784)
Juros apropriados sobre financiamentos	(24.108)	(47.924)
Descontos concedidos e outros	(4.992)	(5.133)
Resultado negativo com instrumentos derivativos	<u>(2.116)</u>	<u>(6.824)</u>
	(34.095)	(61.666)
Variação cambial		
Variação cambial, líquida	<u>(4.860)</u>	<u>3.829</u>
	<u>(32.612)</u>	<u>(50.780)</u>

28 Compromissos de compra

A Companhia possui diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. A quantia a ser paga pela Companhia será determinada para cada período de colheita ao término de tal período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pela CONSECANA.

Usina São Francisco S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de março de 2018 a cobertura de seguros contra riscos operacionais era demonstrada conforme abaixo:

<u>Riscos cobertos</u>	<u>Cobertura máxima (*)</u>
Equipamentos	100.000
Estoques de produtos orgânicos	50.000
Estoque de etanol em poder da Cooperativa	42.930
Estoque de açúcar em poder da Cooperativa	38.207
Recall	3.000
D & O	15.000
Responsabilidade Civil Geral	5.000

(*) Correspondente ao valor máximo das coberturas para diversos bens e localidades seguradas. A cobertura máxima é compartilhada entre a Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A. e Usina Uberaba S.A.

* * *